

Encontros Regionais 2025

TCE mais próximo dos municípios

Boletim especial traz o balanço das seis edições realizadas pelo Tribunal de Contas em todas as regiões do RN, com foco em capacitação, diálogo e fortalecimento da gestão pública municipal



Mais de 1.300 gestores capacitados em seis polos regionais

O TCE/RN, por meio da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, concluiu com sucesso a série de Encontros Regionais que reuniram mais de 1.300 pessoas em seis polos: Assu, Mossoró, João Câmara, Caicó, Pau dos Ferros e Natal.

Palestras e oficinas levam informação e tiram dúvidas dos gestores

As oficinas nos Encontros Regionais tiveram caráter prático e tom didático elogiado pelos participantes. Os auditores do Tribunal procuraram mostrar na prática como os gestores devem agir para seguir a legislação e resoluções que regem os processos.

SÍNTESE ORGANIZACIONAL DO TCE

CONSELHEIRO PRESIDENTE
Carlos Thompson Costa Fernandes

CONSELHEIRO VICE-PRESIDENTE
Antonio Ed Souza Santana

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 1ª CÂMARA
Francisco Potiguar Cavalcanti Júnior

CONSELHEIRO PRESIDENTE DA 2ª CÂMARA
Renato Costa Dias

CONSELHEIRO CORREGEDOR
Antonio Gilberto de Oliveira Jales

CONSELHEIRO OUVIDOR
Paulo Roberto Chaves Alves

CONSELHEIRO DIRETOR DA ESCOLA DE CONTAS
PROFESSOR SEVERINO LOPES DE OLIVEIRA
George Montenegro Soares

CONSELHEIRO SUBSTITUTO
Marco Antônio de Moraes Rêgo Montenegro

CONSELHEIRA SUBSTITUTA
Ana Paula de Oliveira Gomes

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO
Marise Magaly Queiroz Rocha

SECRETÁRIO DE CONTROLE EXTERNO
Marcelo Bergantin Oliveros

CONSULTOR GERAL
Leonardo Medeiros Junior

SECRETÁRIO CHEFE DE GABINETE DA PRESIDÊNCIA
Anderson Leonardo de Oliveira Brito

MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE
Procurador-Geral
Luciano Silva Costa Ramos

PROCURADORES
Carlos Roberto Galvão Barros
Luciana Ribeiro Campos
Othon Moreno de Medeiros Alves
Ricart César Coelho dos Santos
Thiago Martins Guterres

EQUIPE EDITORIAL

DIRETOR DE COMUNICAÇÃO:
Viktor Vidal

EDITORES:
Eugênio Parcella da Silva
Heverton de Freitas

PRODUÇÃO E REVISÃO:
Isaac Lira de Almeida
Maria de Fátima Silva de Moraes

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO:
Caroline Macedo
Daiana Martins

IMPRESSÃO:
Unigráfica

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Av. Getúlio Vargas, 690
Petrópolis - Natal/RN
CEP. 59.012-360

Telefone: (84) 3642-7278
Site: www.tce.rn.gov.br
E-mail: TCE/ccs@rn.gov.br
[Facebook.com/tcedom](https://www.facebook.com/tcedom)
Twitter: TCE_RN
Instagram: tce_rn



TRIBUNAL PRÓXIMO, GESTÃO MAIS FORTE

Os Encontros Regionais do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte chegam à sua última etapa com a certeza de que cumpriram um propósito essencial: aproximar o TCE dos gestores públicos municipais, promover o diálogo e oferecer conhecimento prático para uma administração mais eficiente, transparente e responsável.

Ao longo das seis edições realizadas em todas as regiões do Estado, mais de 1.300 participantes — entre prefeitos, secretários, vereadores, controladores internos, contadores e servidores em geral— tiveram a oportunidade de ouvir, debater, trocar experiências e se capacitar com uma equipe técnica comprometida com a boa governança pública.

Essa iniciativa faz parte da missão do Tribunal de Contas de atuar não apenas como órgão de controle, mas como parceiro dos municípios na busca por melhores resultados. A orientação, a educação e a escuta ativa são pilares da atuação preventiva que o TCE-RN vem consolidando com cada vez mais firmeza.

Temas como avaliação de políticas públicas, uso de evidências no planejamento, sustentabilidade dos regimes próprios de previdência e responsabilidade fiscal foram discutidos com profundidade e objetividade, sempre com foco nas reais demandas enfrentadas pelas administrações locais. As oficinas oferecidas em cada encontro foram pensadas para que os conhecimentos pudessem ser aplicados diretamente na rotina dos gestores.

Mais do que números e dados, os Encontros Regionais nos permitiram conhecer também as demandas dos gestores e deixaram lições valiosas sobre o poder da cooperação institucional, da formação continuada e da confiança mútua entre o controle externo e os gestores públicos.

Seguimos firmes na convicção de que, quanto mais bem preparados estiverem os agentes públicos, maior será a qualidade do serviço prestado ao cidadão. O Tribunal de Contas do Estado permanece de portas abertas, pronto para caminhar lado a lado com os municípios, em favor de uma gestão pública cada vez mais eficiente e responsável.

Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte



ENCONTROS REGIONAIS REÚNEM MAIS DE 1.300 GESTORES EM SEIS CIDADES DO ESTADO

Eventos levaram conhecimento e tiraram dúvidas sobre temas como educação, previdência, prestação de contas, emendas parlamentares, inteligência artificial e formulação de políticas públicas

O Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE-RN), por meio da Escola de Contas Severino Lopes de Oliveira, concluiu com sucesso em Natal mais uma iniciativa dentro da sua proposta de aproximar o órgão fiscalizador dos gestores municipais e técnicos em todo o Estado. Os Encontros Regionais com Gestores Públicos Municipais foram iniciados em maio e este ano tiveram como novidade a inclusão de mais cidades, buscando descentralizar e atender mais pessoas nas oficinas realizadas logo após as palestras, possibilitando esclarecer dúvidas e levar conhecimento aos jurisdicionados. Os encontros aconteceram nas cidades de Assú, Mossoró, João Câmara, Caicó, Pau dos Ferros e Natal.

Com a ampliação de dois novos pólos e a inclusão de oficinas temáticas, foi possível atender de forma mais prática e interativa os mais de 1.300 participantes que se inscreveram para participar dos eventos. “Esta iniciativa reforça o compromisso do Tribunal com uma abordagem proativa e educativa, e não apenas punitiva”, disse o presidente do TCE, conselheiro Carlos Thompson Costa Fernandes, na abertura do evento. “Nosso objetivo é ser um parceiro para os municípios, ajudando-os a prevenir erros, melhorar a gestão e entregar melhores serviços aos cidadãos do RN”.

O diretor da Escola de Contas, conselheiro George Soares, considerou positivo o resultado a julgar pela grande participação registrada.

ENCONTROS REGIONAIS DA ESCOLA DE CONTAS

“Ao longo desses encontros, foram atendidos mais de mil gestores públicos, vereadores e técnicos de todas as regiões do Estado, buscamos elevar o nível de compromisso com a ética na gestão responsável dos recursos públicos”, enfatizou.

Os encontros, em todas as cidades onde foram realizados, tiveram uma estrutura que contou com palestras na manhã de abertura, enfocando temas como Inteligência Artificial, Emendas Especiais, Administração Pública Consensual e Termo de Ajustamento de Gestão, e Educação, através da apresentação do Gabinete de Articulação para Efetividade da Política de Educação no Rio Grande do Norte,

criado este ano e que tem como coordenador o conselheiro Gilberto Jales.

Os Encontros foram realizados com a parceria da Federação dos Municípios e da Federação das Câmaras Municipais do Rio Grande do Norte que também ajudaram na divulgação e mobilização dos gestores. “Sabemos da necessidade dos municípios de qualificar seus servidores e que muitas vezes um gestor erra por falta de conhecimento, por isso acredito que os Encontros Regionais trazem conhecimento principalmente para os técnicos e assessores que auxiliam o gestor na tomada de decisões no município”, diz Anteomar Pereira da Silva, presidente da Femurn.

“**Nosso objetivo é ser parceiro dos municípios, ajudando a prevenir erros, melhorar a gestão e entregar melhores serviços aos cidadãos do RN.**”

CONSELHEIRO CARLOS THOMPSON



Polo	Período	Inscritos	Municípios
Assú	15 e 16 de abril	217	15
João Câmara	06 e 07 de maio	212	23
Mossoró	27 e 28 de maio	192	16
Caicó	17 e 18 de junho	232	31
Pau dos Ferros	01 e 02 de julho	191	23
Natal	22 e 23 de julho	279	47



A VOZ DOS GESTORES

Prefeitos, vereadores, secretários, contadores, administradores, assessores formaram o público alvo dos Encontros Regionais mostrando grande procura por conhecimento

A realização dos Encontros Regionais em novo formato agradou aos participantes pela possibilidade de tirar dúvidas neste começo da gestão, quando muitas pessoas passaram a ocupar cargos comissionados há pouco tempo ainda adquirindo conhecimentos sobre como funciona o serviço público.

O diretor da Escola de Contas, professor Walter Fonseca, diz que a ideia de incluir na programação dos Encontros as oficinas foi muito bem recebida e demonstrou resultados positivos. Ele explica que foi necessário ampliar em mais um dia o evento em cada cidade para que, além das palestras no dia inicial, pudessem ser acrescentadas as oficinas nas quais os técnicos do Tribunal podem ter um contato direto com os jurisdicionados. Além disso, os encontros também serviram para colher opi-

niões e sugestões de temas de capacitações a serem desenvolvidos em breve pela Escola em Natal ou nos pólos regionais do Estado.

Para o presidente da Federação das Câmaras Municipais e presidente da Câmara de Natal, vereador Ériko Jácome, a parceria com o TCE nos encontros levou conhecimentos significativos sobre administração pública. “Legislativo e Executivo tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre temas relevantes para quem formula ou para quem fiscaliza as políticas públicas”, diz.

Também para o presidente da Federação dos Municípios, outro parceiro nos eventos, Anteomar Pereira da Silva, os Encontros Regionais levaram conhecimento para gestores e técnicos. “Muitos gestores erram por falta de conhecimento e sabemos da necessidade dos municípios para qualificar seus servidores”, afirma.



“A parceria com o TCE nestes encontros tem como objetivo levar a todos os municípios conhecimentos significativos sobre a administração pública, de forma leve, para que a gente possa exercer o mandato de acordo com as normas legais”.

Vereador Ériko Jácome, presidente da Federação das Câmaras Municipais (FECAM-RN) e da Câmara Municipal de Natal

“Os Encontros Regionais trazem conhecimento para os gestores e técnicos. Sabemos da necessidade dos municípios para qualificar seus servidores. Muitos gestores erram por falta de conhecimento”.

Anteomar Pereira da Silva, presidente da Federação dos Municípios do RN (FEMURN)





“Parabenizo o Tribunal de Contas pela iniciativa de levar conhecimento e esclarecer dúvidas do pessoal administrativo das Prefeituras e Câmaras Municipais, pois são eles que estão atuando para que as gestões dêem os resultados esperados pela população e precisam estar atualizados sobre a legislação e o controle de contas para que as coisas saiam como deve ser”.

Aize Bezerra de Sousa, *prefeita de João Câmara*

“Ter o TCE aqui é muito importante, é uma iniciativa que merece os nossos agradecimentos. Somos muito felizes porque sabemos da boa vontade do TCE e da excelente oportunidade que nós, de municípios mais distantes, temos para nos qualificar e sempre melhorar a gestão pública”.

Mariana Almeida, *prefeita de Pau dos Ferros*



“É de suma importância a aproximação dos municípios com o TCE. É grande a necessidade de conhecimento. Ficamos ansiosos por mais oportunidades. Além de tudo, é uma forma de se encontrar. Gostaria muito que fosse realizado um em Arez”.

Eclécio Fernandes, *presidente da Câmara Municipal de Arez*



“É conhecimento para a gente aplicar na cidade. Quanto mais conhecimento tivermos, mais melhoria das políticas públicas, beneficiando a cidade”.

Nilson Bernardo, *presidente da Câmara Municipal de Vera Cruz*



“Treinamentos são muito importantes, ma acho que precisaria ter mais tempo nas palestras. Quem tem conhecimento mais forte se aperfeiçoa, precisa praticar. O sistema de contabilidade hoje tem muitas divergências, é preciso ter conhecimento para prestação de contas mais ágeis”.

Luciene Cavalcante, *assessora contábil de Montanhas*



“Estes encontros são ótimos, sobretudo, para atualização do conhecimento. Mostra as novidades que ocorrem nas leis e os modelos de prestação de contas”.

Elaine Ribeiro, *controladora de Santo Antonio*



COMO FICAM AS EMENDAS ESPECIAIS

Plano de Trabalho e Prestação de Contas são obrigatórios, reforça auditor Jonas Lira, do TCU



Uma das palestras que mais tem despertado interesse dos gestores é sobre as Emendas Parlamentares Especiais, conhecidas por emendas Pix. O auditor do Tribunal de Contas da União, Jonas Marcondes de Lira, explicou sobre as mudanças nas transferências especiais, uma modalidade de emenda individual que os parlamentares federais dispõem para enviar recursos para os municípios e que a partir deste ano, com a Lei 210/24, precisam ter um plano de trabalho aprovado pelo Ministério antes do empenho e liquidação da despesa. Para se ter idéia, mais de 5.530 municípios brasileiros foram atendidos com esse tipo de emenda.

As transferências especiais foram criadas pela Emenda Constitucional 105/2019 e elas não necessitavam da celebração de nenhum tipo de convênio para ser formalizadas,

numa tentativa de diminuir a burocracia. Mas a partir de 2024, passou a ser exigida a abertura de uma conta bancária para receber os recursos de cada emenda como modo de aumentar a rastreabilidade dos recursos.

Com as novas normas que entram em vigor este ano, o autor da emenda deverá informar o objeto e o valor da transferência quando da indicação do ente beneficiado. Esse tipo de emenda não pode ser usada para pagamento de pessoal, nem de juros das dívidas e taxas. A lei ainda determina que 70% dos recursos devem ser usados em despesas de capital e no máximo 30% para custeio.

Os parlamentares definiram na nova legislação sobre as emendas que os recursos da União repassados aos demais entes por meio de transferências especiais estarão su-

jeitos à apreciação do Tribunal de Contas da União (TCU).

Os municípios tinham até o final do mês de julho para elaborar o Plano de Trabalho das Emendas Especiais de acordo com as informações no Transferegov. As prefeituras que não cumpriram tal exigência, mesmo sendo de anos anteriores, terão impedimento técnico de receber as indicações de emendas especiais de 2025.

Além disso, o auditor lembrou que a lei determina até 30 de junho do ano subsequente ao recebimento dos recursos como data limite para a prestação de contas no Transferegov, mesmo que o objeto da emenda não tenha sido concluído.

Um alerta para os gestores é sobre a necessidade de comprovar o que está sendo solicitado para não ter que devolver recursos.

COMO ERAM ANTES

- Transferências de recursos para estados, municípios e Distrito Federal, com certa liberdade na aplicação.
- Utilização principalmente para investimentos e custeio, com algumas restrições (como pagamento de pessoal).
- Menos controle e transparência em relação à aplicação dos recursos.

COMO FICARAM COM A LEI COMPLEMENTAR 210/2024

- Parlamentares devem informar o objeto e valor da transferência no momento da indicação.
- Prioridades para obras inacabadas propostas anteriormente pelo parlamentar.
- Os recursos são sujeitos à apreciação do TCU.
- As transferências devem ser registradas no portal Transferegov.br, com identificação clara de valores, destinatários e cronogramas.
- É necessário apresentar um plano de trabalho detalhado para a utilização dos recursos.
- Órgãos responsáveis avaliam os planos de trabalho e publicam os resultados.



CONTROLE COM DIÁLOGO

Procurador Luciano Ramos destacou avanços obtidos por meio de Termos de Ajustamento de Gestão

O Procurador-Geral do Ministério Público de Contas do Rio Grande do Norte (MPC-RN), Luciano Ramos, defendeu nas suas palestras nos Encontros Regionais uma atuação orientadora e cooperativa por parte dos órgãos de controle, e explicou como funcionam os Termos de Ajustamento de Gestão (TAG) como alternativa eficiente à judicialização.

Com o tema “Administração Pública Consensual e Termo de Ajustamento de Gestão”, a palestra destacou o TAG como instrumento jurídico que permite a correção pactuada de irregularidades, dentro de prazos e condições previamente ajustados entre o gestor e o órgão de controle. “Mais do que punir, o papel do controle externo é induzir melhorias. O TAG é uma solução dialogada, que resolve o problema sem comprometer o funcionamento da administração e com resultados verificáveis”, explicou Luciano Ramos.

Ele explicou que o TAG é um instrumento que permite um ajuste rápido e eficaz, evita sanções e responsabilização dos gestores e a melhoria de processos e eficiência administrativa. A iniciativa pode ser do próprio MPC ou do gestor. Já o maior desafio, na avaliação do Procurador, é o cumprimento dos compromissos assumidos para evitar o uso indevido por parte de gestores que possam estar mal intencionados.

No âmbito do Tribunal de Contas do Estado (TCE-RN), o uso dos TAGs tem se ampliado e alcançado diferentes esferas do poder público. Entre os exemplos mais recentes estão o Termo firmado com o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (Idema), que estabeleceu medidas para a realização do concurso público, atualmente em andamento, já que até hoje o órgão funciona com bolsistas e cargos comissionados. Também foi firmado um TAG recente com a Secretaria Estadual de Saúde que permitiu a contratação das pessoas aprovadas em um concurso público que

já estava com o prazo expirando. Mais recentemente foi feito um TAG com a Câmara Municipal de Natal para estabelecer novas regras e fortalecer os mecanismos de controle e transparência no uso da Cota para o Exercício da Atividade Parlamentar (CEAP), a chamada “verba indenizatória” dos vereadores.

O acordo prevê uma série de obrigações que deverão ser implementadas pela Casa Legislativa até o fim de novembro de 2025, incluindo a tramitação e aprovação de um novo projeto de lei que reformule integralmente a legislação que rege o ressarcimento de despesas parlamentares.

“A experiência mostra que, quando o gestor tem boa-fé e compromisso com o interesse público, o TAG se torna uma poderosa ferramenta de correção, sem a necessidade de processos longos e desgastantes”, destacou o procurador.

“O TAG é uma solução dialogada, que resolve o problema sem comprometer o funcionamento da administração e com resultados verificáveis”.

Luciano Ramos



EDUCAÇÃO COMO CAMINHO PARA A CIDADANIA



GAEPE/RN e os
Desafios da Política
Pública da Educação.

Gilberto Jales
Conselheiro

Gaepe busca articular ações que resultem em melhorias na educação pública a partir das instituições envolvidas

Conselheiro Gilberto Jales apresentou indicadores que preocupam quem trabalha com a educação no RN

“O CAMINHO DA CIDADANIA PASSA PELA EDUCAÇÃO.” Com essa afirmação, o conselheiro Gilberto Jales ministrou a palestra “GAEPE-RN e os Desafios da Política Pública da Educação”, no encerramento dos Encontros Regionais com Gestores Públicos Municipais, em Natal. O conselheiro apresentou indicadores e também estratégias de solução para os diversos desafios apresentados no ensino público, a partir do trabalho executado pelo Gabinete de Articulação para a Efetividade da Política de Educação (GAEPE-RN).

Jales destacou que o Rio Grande do Norte enfrenta uma dívida histórica com crianças e jovens, refletida em indicadores preocupantes. Com 2.093 escolas, o Estado apresenta altos índices de distorção idade-série (41,4% no ensino médio), além de insuficiências em língua portuguesa (27%) e matemática (20%) na 5ª série. O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) também é alarmante, com médias de 4,8 nas séries iniciais e 3,7 nos anos finais, colocando o estado entre os piores no ranking nacional.

Entre os principais desafios apontados, está a universalização de vagas em creches – com 27 municípios ainda enfrentando filas; a precariedade da infraestrutura escolar (73% das escolas sem condições adequadas, segundo levantamento do TCE em 2022). Ressalte-se a necessidade de resolver questões estruturais, como obras escolares inacabadas e a subutilização de recursos federais – dos R\$ 80 milhões repassados para o estado e municípios, R\$ 51 milhões ainda estão parados em contas bancárias.

Para enfrentar esses desafios, Jales enfatizou a importância do planejamento e da execução orçamentária. “Sem orçamento, não existe política pública”, afirmou, referindo-se à necessidade de integrar ações educativas no Plano Plurianual (PPA),

na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e na Lei Orçamentária Anual (LOA). Ele também destacou a relevância de conselhos municipais de educação, garantindo a participação da sociedade na formulação e monitoramento das políticas educacionais.

Jales apresentou exemplos práticos de iniciativas em andamento, como o projeto “Avexadas para Aprender”, executado na Escola Estadual Quatro de Março, em Canguaretama, criado para enfrentar a distorção idade-série, buscando impulsionar a alfabetização com engajamento dos estudantes e no vínculo com as famílias. As iniciativas de professores, estudantes e a colaboração das famílias vem trazendo resultados positivos no aprendizado dos alunos.

PRÓXIMOS PASSOS DO GAEPE

- Criação de Grupo de Trabalho específico para acompanhar as ações relacionadas à distorção idade-série
- Fortalecimento e divulgação do programa Avexadas para Aprender entre redes estadual e municipais
- Mobilização relativa ao programa de monitoramento de obras da Força-Tarefa Cidadã;
- Organização de reunião ampliada sobre obras paralisadas com participação de instituições parceiras;
- Elaboração de diagnóstico detalhado sobre escolas e municípios com maiores índices de distorção idade-série.



Os Encontros Regionais da Escola de Contas levaram informação sobre as fases da despesa pública, desde o planejamento até a prestação de contas para centenas de prefeitos, presidentes de Câmaras Municipais, secretários e gestores públicos em geral. Os eventos registraram sempre grande participação e permitiram aos inscritos conhecer mais também sobre a implantação de políticas públicas e as métricas para medir sua efetividade.







PRESTAÇÃO DE CONTAS, UMA OBRIGAÇÃO DE QUEM ADMINISTRA DINHEIRO PÚBLICO

Gestores e responsáveis devem estar atentos aos prazos para o envio das informações no Portal do Gestor

As oficinas nos Encontros Regionais tiveram um caráter prático e um tom didático elogiado pelos participantes. Os auditores do Tribunal procuraram em todas elas mostrar de forma prática como os gestores podem e devem agir para seguir a legislação e resoluções que regem os processos.

O auditor Anderson Lima, por exemplo, explicou o processo de Prestação de Contas ao TCE de forma didática desde o cadastro no Portal do Gestor dos responsáveis pelo processo em cada um dos 892 órgãos cadastrados que devem fazer as prestações de contas periódicas e as eventuais. “Toda Unidade tem o dever de apresentar pedido de cadastramento bem como manter atualizadas as infor-

mações desde cadastro no Portal do Gestor”, disse, explicando a importância de manter atualizados os dados para permitir o contato entre o Tribunal e os gestores.

No próprio portal há um calendário onde o gestor encontra quais as obrigações periódicas a serem apresentadas com as respectivas datas. Nessa categoria entram o envio de demonstrativos financeiros e fiscais e os documentos da execução orçamentária, por exemplo.

Já as eventuais são aquelas que dependem de algum fato gerador que irá definir a obrigação do envio dessas informações. Ele cita exemplos como a realização de concurso público, as informações sobre o início e as etapas de obras,

até a conclusão, e até o envio da legislação municipal que for alterada por iniciativa do Executivo ou do Legislativo. “É importante que os responsáveis que foram cadastrados no Portal fiquem atentos para não atrasar o envio e não deixar de transmitir informações obrigatórias”, alerta Anderson Lima.

Ele demonstrou todas as resoluções e sistemas utilizados e anexos que devem ser utilizados para o envio das informações obrigatórias por parte dos jurisdicionados como o Siai Fiscal ED que trata da execução da despesa onde devem estar desde licitações, contratos, contas bancárias, além de empenhos, liquidações e pagamentos.



POLÍTICAS PÚBLICAS E O PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL



As oficinas também buscaram usar a interatividade e a formulação de atividades práticas para ter maior efetividade. Anne Carvalho, diretora de Avaliação de Políticas Públicas do TCE, unidade criada recentemente para avaliar e buscar auxiliar os órgãos na implantação de políticas públicas que possam levar melhorias para a população, explicou que o Tribunal está trabalhando na formulação de documentos chamados Síntese de Evidências que possam ser aplicados pelos gestores. Um deles inclusive já foi formulado. [Ele traz informações sobre o problema de falta de vagas em creches.](#)

As oficinas também foram importantes para que os próprios gestores pudessem sugerir temas sobre os quais a diretoria irá se debruçar para formular esses documentos. “Pelos levantamentos feitos nas oficinas foi constatado que a maioria dos gestores usam como base para a formulação das políticas públicas basicamente leis e normas, poucos usam artigos científicos, e queremos colaborar oferecendo para

consulta documentos com diagnóstico mais amplo com vistas a caracterizar as práticas de determinadas políticas públicas para subsidiar ações indutoras dessas práticas”, diz.

Ela explicou a importância de convencer os gestores da utilização de critérios como eficiência, eficácia e efetividade na formulação das políticas públicas e na adoção da avaliação periódica para realmente saber se está atingindo seus objetivos e para eventuais correções de rota quando necessário. “Avaliar é um processo essencial para qualificar a tomada de decisão”.

Ela explanou sobre avaliação ex-ante e ex-post da política pública, que vai desde a formação

“Avaliar é um processo essencial para qualificar a tomada de decisão”.

Anne Carvalho

de um check list com dados como diagnóstico do problema, impacto orçamentário, estratégias de implantação, desenho da política, população potencial, elegível e prioritária a ser alcançada, e vai até a mensuração de resultados que possam mostrar a efetividade, a eficácia e a eficiência da política pública. Anne Carvalho formou grupos de trabalho nas oficinas para fazer uma aplicação rápida e prática em cima de um problema concreto. Ao final, ela também deixou muitas dicas de material que podem ser consultados pelos que querem se aprofundar nos temas que [podem ser acessados no link.](#)



Anne Carvalho formou grupos de trabalho para uma aplicação sobre Síntese de Evidências

UMA ADMINISTRAÇÃO RESPONSÁVEL E TRANSPARENTE



Audidores apresentaram ferramentas disponíveis no Portal das Auditorias

Outra preocupação do Tribunal foi mostrar aos gestores a necessidade do planejamento para fazer uma boa administração. Os auditores Diego Silva e Márcio Loyola fizeram uma oficina dividida em duas partes. Na primeira foi apresentado o Portal das Fiscalizações e Auditorias, onde estão todas as prestações de contas anuais já analisadas e com total transparência para que todo cidadão tenha acesso a essas informações.

Foi apresentado aos gestores como podem fazer a defesa no caso de análise desfavorável em uma análise da prestação de contas anual. Está disponível um sistema onde cada achado é listado e tem um espaço para uma eventual contestação. Também foi apresentado de forma prática como navegar no site do TCE e no Portal das Auditorias para que os responsáveis possam se familiarizar com o sistema.

Já na parte sobre o Planejamento, foram feitas algumas observações a partir da experiência dos auditores como a obrigatoriedade legal de apresentar os instrumentos básicos como Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias, que obrigatoriamente deve conter o anexo com as Metas Fiscais e sua publicação, e por fim a Lei Orçamentária Anual, onde irão constar a previsão de receitas e a fixação de despesas.

Essas leis são a base para o planejamento de qualquer gestão porque é a partir delas que a gestão irá perseguir suas metas e acompanhar sua execução efetiva com o acompanhamento das despesas. Diego Silva explicou que a lei estabelece os mecanismos de alteração da LOA que pode ser por Crédito Suplementar, no qual o gestor tem que indicar a fonte dos recursos e tem que ter autorização legislativa, o Crédito Especial, que não pode constar na LOA e tem que ser aprovado por lei específica, ou o Crédito

Extraordinário, usado para abrir um crédito para aquilo que não é previsível, no caso de uma calamidade, por exemplo.

Além desses mecanismos é possível modificar a LOA através da transferência, quando há uma simples mudança de rubrica dentro de um mesmo órgão; remanejamento, quando há a mudança de uma órgão para outro; ou a transposição, quando recursos saem de um programa para outro, mudanças que não demandam recursos adicionais mas cuja autorização deve constar na LDO ou em lei específica.

Todas essas alterações devem seguir a legislação específica e devem constar nas prestações de contas garantindo transparência e evitando um eventual parecer pela desaprovação das contas de governo lá na frente.

Janaína Bulhões falou na oficina sobre os desafios e a responsabilidade dos gestores dos RPPSs



DESAFIOS DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA

Outra oficina bastante concorrida foi sobre os desafios dos Regimes Próprios de Previdência, a cargo dos auditores Evandro Nunes e Janaína Bulhões. Um desafio não só para os gestores dos Regimes Próprios de Previdência Social, mas também para o próprio TCE, a quem cabe por lei a avaliação contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial dos RPPS, além de avaliar a legalidade de todos os atos de aposentação e pensão. São cerca de 4.800 processos enviados anualmente pelos 41 Regimes Próprios existentes no Rio Grande do Norte para serem analisados e homologados.

Para dar conta desse trabalho, o auditor Evandro Nunes explicou que a diretoria está desenvolvendo sistemas para que seja utilizada a Inteligência Artificial que permita ganho de produtividade com a análise semi-automatizada e também conta com a ampliação no quadro de pessoal a partir do concurso público que deve ser realizado este ano como foi anunciado pelo presidente Carlos Thompson.

Evandro Nunes enfatizou que o TCE está buscando o diálogo com os gestores para dar maior suporte e orientação na hora da concessão dos benefícios, inclusive estão sendo elaboradas Notas Técnicas que visam orientar e padronizar a atuação para evitar o retrabalho.



Evandro Nunes orientou gestores a documentarem processos a fim de diminuir riscos

Na oficina, o auditor explicou a importância de sempre documentar e mapear os processos a fim de diminuir os riscos de concessão indevida ou irregular que possam levar a judicialização, gerar sanção por dano ao erário, além do retrabalho quando há negativa do registro no TCE.

Evandro orientou os gestores a buscarem capacitações à distância usando o Siai Gestão de Riscos e apresentou sugestões de ferramentas de Inteligência Artificial disponíveis para mapear processos. Ele também fez uma explanação sobre os pontos de atenção em relação aos elementos que devem ser observados na concessão de benefícios como a necessidade de apresentar o Ato de Posse, o cumprimento dos requisitos a serem observados como idade, gênero, tempo de contribuição, carteira de trabalho (no caso de averbação), além de citar casos com legislação específica ou jurisprudência já firmada como os Agentes de Saúde e os professores.

Evandro deu a dica: **“SEMPRE JUSTIFIQUE TODOS OS ATOS, É UMA SALVAGUARDA PARA O SEGURADO E PARA O PRÓPRIO GESTOR DO RPPS”.**

“O que queremos é trabalhar juntos para que o registro de um ato de concessão não tenha que voltar ao órgão de origem porque isso significa retrabalho para todos”

Evandro Nunes



O TCE DEVE SER UM PARCEIRO DO GESTOR RESPONSÁVEL

George Soares, Conselheiro diretor da Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, confirma continuação do trabalho de levar conhecimento a todas as regiões do Estado

Qual foi o maior objetivo dos Encontros Regionais e qual o balanço que o senhor faz dos resultados desses encontros?

Nosso objetivo foi levar o Tribunal de Contas para mais perto dos gestores municipais e das suas realidades. Nosso foco é oferecer orientação e construir conhecimento a partir do diálogo. O resultado dos encontros foi excelente e mostra que estamos no caminho certo. Tivemos prefeitos, presidentes de Câmaras, secretários e equipes técnicas nos ouvindo com atenção e também nos trazendo as suas dificuldades. Isso é fundamental para que o controle seja justo e eficiente.

A Escola de Contas cumpriu o seu papel nesses encontros?

Mais do que isso: ela se firmou como ponte entre o Tribunal e os jurisdicionados. Levamos formação técnica, mas também mostramos que o TCE pode ser um parceiro do gestor responsável.

Que temas mais chamaram a atenção nas oficinas?

Assuntos como o uso das emendas especiais, o planejamento na educação, os desafios da previdência e os ajustes de gestão

foram bastante discutidos. Isso mostra que os gestores querem acertar e precisam de apoio qualificado.

E o que mais surpreendeu o senhor nessa jornada?

A receptividade. Fomos muito bem acolhidos em todas as regiões. O clima foi de cooperação, de escuta e aprendizado mútuo. Isso renova nossa missão institucional.

Haverá continuidade desses encontros no próximo ano? Sim, a edição deste ano foi ampliada para atender a mais duas regiões e tivemos a inclusão das oficinas na programação. Com certeza vamos manter isso na programação, inclusive já estamos avaliando o que pode ser aprimorado e quais polos podem receber os próximos encontros.

Haverá continuidade desses encontros no próximo ano? Sim, a edição deste ano foi ampliada para atender a mais duas regiões e tivemos a inclusão das oficinas na programação. Com certeza vamos manter isso na programação, inclusive já estamos avaliando o que pode ser aprimorado e quais polos podem receber os próximos encontros.

O que o Tribunal e a Escola de Contas podem levar de mensagem aos gestores que participaram e aos que não participaram dos encontros?

Que sigam buscando qualificação, planejamento e responsabilidade. E saibam que a Escola de Contas continuará sendo uma aliada na construção de uma administração pública mais eficiente e cidadã.

PRESIDENTE APONTA ESFORÇO DO TCE EM APOIAR A QUALIFICAÇÃO DOS AGENTES PÚBLICOS

Conselheiro Carlos Thompson destaca mudança de postura dos Tribunais de Contas que passaram a adotar um papel mais resolutivo, voltado à transformação da gestão pública

O ciclo dos Encontros Regionais promovidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte chegou ao fim com a etapa de Natal, coroando uma jornada que percorreu seis polos e reuniu mais de 1.300 gestores públicos. Para o presidente do TCE-RN, conselheiro Carlos Thompson, o projeto representou “um ponto de inflexão” na forma como o Tribunal atua junto aos seus jurisdicionados. “Mais do que uma decisão logística, ampliar de quatro para seis edições foi uma escolha estratégica. Queríamos estar mais próximos, compreender melhor as realidades locais e oferecer apoio técnico direto aos gestores municipais”, afirmou.

Um dos destaques do ciclo foi a introdução das oficinas temáticas, voltadas para assuntos práticos e urgentes da gestão, como políticas públicas, previdência e o ciclo da despesa. “Temas que exemplificam o esforço pedagógico do Tribunal em apoiar a qualificação técnica dos agentes públicos”, destacou o presidente.

Para o presidente Carlos Thompson, esse modelo pedagógico de atuação fortalece as administrações municipais e melhora a qualidade do gasto público. Ele reforçou a mudança de postura institucional vivida pelos Tribunais de Contas, que passaram a adotar um papel mais resolutivo, voltado à orientação, à prevenção e à transformação da

gestão pública. Segundo ele, o TCE-RN vem investindo em inovação, como o uso de inteligência artificial, e em estruturas voltadas à mediação e ao consensualismo. “Nosso foco não é mais apenas identificar falhas após sua ocorrência, mas agir para evitá-las”, disse.

“Reforçamos laços institucionais, promovemos o diálogo e contribuimos diretamente para o aperfeiçoamento das gestões municipais”.

Carlos Thompson

O presidente agradeceu a parceria da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte (Femurn) e da Federação das Câmaras Municipais (Fecam), à equipe do Tribunal, especialmente a Escola de Contas Professor Severino Lopes de Oliveira, e aos gestores que participaram ativamente dos encontros. E deixou a mensagem de que esse encerramento é também um começo: “Reforçamos laços institucionais, promovemos o diálogo e contribuimos diretamente para o aperfeiçoamento das gestões municipais em todo o Rio Grande do Norte.”